



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 564/2020/KAPPA/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0028.173532/2020-17

OBJETO: Aquisição de Roçadeiras

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através do(a) Pregoeiro(a), designado(a) por meio da **Portaria Nº 131/2020/SUPEL- GAB publicada no DOE do dia 05.11.2020**, em atenção à intenção de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **F ERJAR FERRAMENTAS E A JARDINAGENS LTDA - ME** e **F ABIO SILVA CUNHA**, já qualificadas nos autos do processo em epígrafe, com base no Princípio da Vinculação ao Edital, da Legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

1. DA ADMISSIBILIDADE

A empresa **FERJAR FERRAMENTAS, CNPJ: 20.874.107/0001-76**, manifestou apenas sua intenção de recurso em momento oportuno, contra as habilitações ocorridas neste Pregão Eletrônico, para o item 01, Assim como a empresa **FABIO SILVA CUNHA** para o item 01 e 02.

Assim, à luz do Artigo 4º, incisos XVIII da Lei Federal nº 10.520/2002 e Artigo 26 do Decreto Estadual nº 12.205/2006, o(a) Pregoeiro(a) recebe e conhece a intenção interposta, sendo considerada **I EMPESTIVA e encaminhada POR MEIO ADEQUADO.**

a) FERJAR FERRAMENTAS

A empresa apresentou a seguinte manifestação:

Manifestamos intenção de recurso, fato que, há o descumprimento do princípio da vinculação ao instrumento convocatório quanto a descrição do maquinário ofertado, dentre as divergências, potencia e a rotação do equipamento, conforme será demonstrado em nossa peça recursal.

[...]

"Ao analisarmos a especificação licitada fica completamente clara a descrição MÍNIMA que realmente atenderia a demanda da Secretaria supracitada, nos causando espanto a empresa META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI ser declarada vencedora nesse item, com uma especificação ínfima ao solicitado, pois a roçadeira da Marca Nagano, Modelo RN52L ofertada pela recorrida, conforme catalogo em anexo, no tocante potência, oferta-se 1,57KW/2,17CV, ou seja, inferior quase 10% ao solicitado no instrumento convocatório, cujo, solicita-se POTÊNCIA 1.7 KW /2.3 CV. [...]"

Considerados os fatos narrados, em conjunto com o que dispõe o direito invocado, pretende a Recorrente ver reconhecidas e adotadas as seguintes providências: 1) receber e admitir o presente Recurso Hierárquico, a fim de que seja julgada e decidido o seguinte: a) requer esta Recorrente o conhecimento dessa peça recursal impetrada e seu deferimento, por haver ILEGALIDADE na proposta de preços (EQUIPAMENTO OFERTADO INFERIOR AO LICITADO) não atendendo as exigências contidas no Termo de Referência deste instrumento convocatório e pela inclusão de documentos de terceiros assumindo responsabilidade na entrega de equipamento que atenderá as exigências editalícias. b) Considerando a ILEGALIDADE praticada pela recorrida e de acordo com PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA, quando a Administração pode REVER SEUS ATOS, V.Sa., e para lisura e legalidade deste certame licitatório, não tornando-o NULO, requer esta Recorrente a DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRIDA e posteriormente VOLTA A FASE DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO do certame em tela [...]"

b) FABIO SILVA CUNHA

A empresa apresentou a seguinte manifestação:

"Iniciado o ato público no dia 20/11/2020, e considerando a contagem do prazo do dia 23/11/2020, atestando a inteira tempestividade do presente recurso. Após as negociações de melhor preço e ocorrendo a plena inabilitação das empresas concorrentes, findou esse recorrente na posição do terceiro lugar, que posteriormente foi desclassificado por estar com a CERTIDÃO NEGATIVA FALÊNCIA CONCORDATA desatualizada.

Notadamente, caro julgador, não foi observado a previsão intrínseca do item 13.10. do edital em epígrafe, que indica o seguinte procedimento, vejamos:

13.10. Caso a licitante esteja com algum documento de Habilitação desatualizado, ou que não seja contemplado pelo CADASTRO DA SUPEL ou pelo SICAF, o mesmo DEVERÁ SER ANEXADO EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA COMPRASNET, quando o Pregoeiro realizar a convocação da licitante para enviar o

ANEXO, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, se outro prazo não for fixado, SOB PENA DE INABILITAÇÃO. (Grifei e negritei) A pesar da recorrente não ter observado o documento desatualizado, assim também, não houve o devido acatamento pelo que prevê o indicado item. Nesse ato, deveria o pregoeiro ter realizado a plena convocação da licitante para enviar o documento atualizado, em campo próprio do sistema comprasnet.

[...]Por todo o exposto, é medida de inteira justiça o reconhecimento da HABILITAÇÃO da licitante, cujo direito de apresentação de documento atualizado não foi observado pelo pregoeiro. Tendo a recorrente a iniciativa nessa oportunidade, junta anexo a CERTIDÃO NEGATIVA FALÊNCIA CONCORDATA atualizada."

3. DAS CONTRARRAZÕES:

Não houve.

4. DO MÉRITO - DO JULGAMENTO DO RECURSO:

Antes de adentrarmos no julgamento recursal, ressaltamos alguns pontos que versa sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da **legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo e qualquer alegação contrária não passam de sofismas, lançados com o objetivo apenas de tumultuar o Certame licitatório, o que deve ser rechaçado.**

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais já coordenados por esta SUPEL.

As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

Cumpre-nos ressaltar ainda que, a lei conferiu à Administração, na fase interna do procedimento, a prerrogativa de fixação das condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório, seguindo critérios de conveniência e oportunidade de acordo com o objeto a ser licitado e sempre balizado pelo interesse público e normas cogentes.

Do mesmo modo, é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, restem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

Dito isso, após criteriosa análise do recurso interposto pela recorrente passamos ao Julgamento.

1. FABIO SILVA CUNHA

Após a fase de lance esta pregoeira, passou a visualizar e analisar, preliminarmente, a propostas ofertadas que consta inserida como campo de "descrição detalhada do objeto", do sistema, bem como seus anexos, conforme subitem 9.1.1 do edital, feito isto, observou que houve empate entre os licitantes, conforme determina o Decreto Estadual 21.675/2017, onde será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

No entanto a empresa FABIO SILVA CUNHA, CPNJ nº 38.925.532/0001-02, foi convocação para negociação do valor, sendo que a mesma não aceitou negociar o valor que deveria ser correspondente ao igual ou inferior da primeira colocada, permanecendo sua proposta para o item 01 de R\$ R\$ 35.200,00, 10% acima do valor da primeira colocada, para o item 02 permaneceu com o valor de R\$ 1.775,76, 4,2% acima do valor da primeira colocada, logo não ofertou a proposta mais vantajosa a Administração, seguindo o princípio do instrumento convocatório, vejamos os termos vinculados para o desempate no subitem 9.18 alínea "b" e "c" do edital:

9.18. No caso de empate, será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 21.675/2017, nos seguintes termos:

b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;[...]

Vejamos a manifestação da empresa quando convocada para negociar, conforme exposto na Ata (0014864994).

Pregoeiro 20/11/2020 11:34:04	Para FABIO SILVA CUNHA 98614185200 - Sr. licitante encontra-se conectado?
38.925.532/0001- 02 20/11/2020 11:34:43	Bom dia Sra. Pregoeira sim estamos antenados.
Pregoeiro 20/11/2020 11:36:39	Para FABIO SILVA CUNHA 98614185200 - Conforme o Decreto Estadual nº 21.675/2017, convoco para negociar o valor previamente ofertado pela primeira colocada.
38.925.532/0001- 02 20/11/2020 11:39:41	Srª Pregoeira, só temos direito ao benefício se igualar ao preço do 1º colocado?
38.925.532/0001- 02 20/11/2020 11:44:26	Srª. Pregoeira conforme Decreto Nº 21675 DE 03/03/2017 § 2º Na modalidade pregão o intervalo percentual estabelecido no §1º será de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço. Por este motivo vamos manter os preços já ofertados dos itens 1 e 2.

Uma vez que o licitante não aceitou negociar, ele já estaria DESCLASSIFICADO neste primeiro momento, conforme subitem 9.18 alínea "b", já exposto acima. No entanto ao observar sua documentação, esta pregoeira vislumbrou que a QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Certidão Negativa de Recuperação Judicial, estava expirada, vejamos o que diz Edital:

item 13.7 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº. 11.101/05, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso NÃO conste o prazo de validade.

13.15. As LICITANTES que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a Habilitação na presente licitação ou **os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital**, serão inabilitadas.

A empresa FABIO SILVA CUNHA, sustenta a seguinte argumentação do instrumento convocatório constante no subitem 13.10 , vejamos :

13.10. Caso a licitante esteja com algum documento de Habilitação desatualizado, ou que não seja contemplado pelo CADASTRO DA SUPEL ou pelo SICAF, o mesmo DEVERÁ SER ANEXADO EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA COMPRASNET, quando o Pregoeiro realizar a convocação da licitante para enviar o ANEXO, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, se outro prazo não for fixado, SOB PENA DE INABILITAÇÃO

Argumentando que "a pesar da recorrente não ter observado o documento desatualizado, assim também, não houve o devido acatamento pelo que prevê o indicado item. Nesse ato, deveria o pregoeiro ter realizado a plena convocação da licitante para enviar o documento atualizado, em campo próprio do sistema comprasnet."

Isto é, mesmo com a falência desatualizada, ainda que fosse oportunizado o retorno a fase de habilitação, por questões de ordem e metodologia, analisando [D ECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019](#), as fases licitatórias são: após a fase de lances passa-se para o desempate seguido da negociação e julgamento da proposta, neste caso, efetuado por esta pregoeira por meio de convocação e sendo rejeitado a negociação do valor pela licitante, por fim, se e somente se for aceita a proposta, é feita a habilitação, por meio da análise da documentação.

Ainda sobre a documentação o edital informa no subitem 13.10.2, que a documentação abrange todos os itens os quais a empresa encontra-se classificado, no entanto sendo Desclassificado no item 02, concomitantemente.

Logo, atendendo ao interesse público, e sem prejuízo aos cofres públicos, visto o critério de julgamento ser o menor valor, esta pregoeira aceitou a proposta da empresa META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI para o item 01 e da empresa NORTHWEST COM DE FERRAGENS, IMPL. AGRÍCOLAS E SUPRIMENTOS LTDA para o item 02.

Por fim, de acordo com a cronologia da licitação e por analogia, a empresa FABIO SILVA CUNHA permanece desclassificada na fase de negociação, vez que não aceitou negociar com esta pregoeira, logo tendo sua proposta recusada, dispensado assim a análise da documentação.

2. FERJAR FERRAMENTAS

Vale salientar que esta pregoeira encaminhou as propostas para Análise e Parecer técnico da SEDAM obtendo seu aprova, conforme documento (0014781501), feito isto, esta pregoeira aceitou e habilitou as empresas já citadas acima. Passamos no entanto a analisar o recurso interposto pela empresa **FERJAR FERRAMENTAS**.

A empresa **FERJAR FERRAMENTAS**, alegou que o objeto apresentado pela empresa **META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI**, da marca NAGANO tem uma "Potência: 2,17CV /1,57KW/ 12.000RPM", contudo no manual indica que o maquinário deve trabalhar em "no máximo 9.00RPM", sendo assim, incompatível com o solicitado no edital.

O referido processo com recurso foi encaminhado a SEDAM, obtendo a seguinte manifestação, conforme documento (0015308039):

Da: Gerência Administrativa - GAD/SEDAM

Para: Comissão de Licitação KAPPA/SUPEL

Pregão Eletrônico nº Pregão Eletrônico 564/2020/KAPPA/SUPEL/RO **Processo Administrativo Eletrônico nº** 0028.173532/2020-17 **Licitante:** FERJAR FERRAMENTAS E AJARDINAGENS LTDA - ME

Objeto: Aquisição de Roçadeiras

RESPOSTA A ANÁLISE E PARECER DO RECURSO

Sra. Pregoeira,

Com os cordiais cumprimentos, em análise da resposta de análise e Parecer do Recurso, conforme Despacho SUPEL - KAPPA (0015207978), interposto pela empresa: **FERJAR FERRAMENTAS E AJARDINAGENS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 16.111.111/0001-00, visto que contra a decisão que HABILITOU a empresa **META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI** vencedora do item 01, frente a Análise emitida no Despacho SEDAM-GPA (0014781501). Motivados dizem respeito da descrição do maquinário, bem como questões técnicas, nestes moldes, segue abaixo análise e parecer desta SEDAM.

I.BREVE SÍNTESE

Trata-se de pedido de **RESPOSTA AO RECURSO**, interposto pela empresa **Ferjar Ferramentas e Ajardinagens LTDA - ME**, alegando que a descumprimento do princípio da vinculação ao instrumento convocatório quanto a descrição do maquinário ofertado.

Na intenção de recurso, discorre sobre divergências no quesito de potência e a rotação do equipamento.

II.DAS PRELIMINARES

1. **Considerações iniciais**

Antes de adentrarmos no mérito, há de se ressaltar que, é certo que a Administração está vinculada às normas e condições estabelecidas no Edital, porém não deve, contudo, em homenagem ao princípio da

razoabilidade e proporcionalidade, diante das documentações anexadas aos autos, prestigiar de forma exacerbada o rigor formal, a ponto de prejudicar o interesse público.

Outrossim, as normas que regem o Certame devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse, a finalidade e segurança da contratação, como ocorreu no caso.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União já decidiu:

“As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados. Desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a Segurança da Contratação”. (Processo TC 006.754/2007).

III.DAS RAZÕES

Insurge-se a Licitante sobre os seguintes pedidos de **resposta ao recurso**, que novamente passamos a dispor a seguir com as razões e as respostas das razões, analisados e respondidos:

Primeira análise dos fatos pela empresa:

Ao analisarmos a especificação licitada fica completamente clara a descrição MÍNIMA que realmente atenderia a demanda da Secretaria supracitada, nos causando espanto a empresa META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI ser declarada vencedora nesse item, com uma especificação ínfima ao solicitado, pois a roçadeira da Marca Nagano, Modelo RN52L ofertada pela recorrida, conforme catalogo em anexo, no tocante potência, oferta- se 1,57KW/2,17CV, ou seja, inferior quase 10% ao solicitado no instrumento convocatório, cujo, solicita-se POTÊNCIA 1.7 KW /2.3 CV. Percebe-se que houve uma análise equivocada quanto ao equipamento ofertado, no fator potência, já sendo razão suficiente para a desclassificação da Recorrida, contudo,

encontramos outra desconformidade atinente a Rotação Máxima. No “detalhe do produto” averiguado no site da Marca Nagano (<https://naganoprodutos.com.br/novo/vitrine.asp?codProduto=162>), não há menção clara e objetiva quanto esta especificação, fazendo menção somente a “Potência: 2,17CV /1,57KW/ 12.000RPM”, ja no manual disponível no site da marca, em anexo, indica que o maquinário deve trabalhar em “no máximo 9.000 RPM”, comprovando a inferioridade do equipamento ofertado concernente ao pré-definido pelo instrumento convocatório.

Resposta: Em análise ao recurso impetrado pela empresa: FERJAR FERRAMENTAS E AJARDINAGENS LTDA - ME, verificou-se que o modelo ofertado pela empresa: META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIREL, não está condizente com as especificações descritas no instrumento editalício, uma vez que a potência solicitada é de: **KW/CV 1.7/2.3, ROTAÇÃO MÁX (RPM) 12.500 E ROTAÇÃO LENTA (RPM) 2.800** por isso, considerando a potência descrita no catálogo é de: **2,17CV /1,57KW/ 12.000RPM**.

Visando elucidar os fatos narrados pela licitante em forma de diligência foi realizado consulta ao sitio eletrônico da empresa NAGANO, verificou-se que a potência supramencionada não atende os requisitos editalícios.

IV – DECISÃO

Em remate, pelas razões de fato e de direito acima externar, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, consubstanciado nos procedimentos adotados em homenagem aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, *s.m.j*, esclarece os questionamentos da Licitante, bem como informa que assiste razão aos argumentos impetrados pela recorrente, devendo a SUPEL realizar as medidas de estilo.

Atenciosamente,

Thayná de Brito Silva
Assessora/GAD/SEDAM

KATIUSCIA DIAS IZIDORO
Gerente Administrativa - GAD/COPAF/SEDAM

DE ACORDO: MARCÍLIO LEITE LOPES
Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

Portanto, feitas as diligências e manifestada a decisão do Ordenador de Despesa exposto acima, no qual decide por assistir razão ao recurso interposta pela empresa **FERJAR FERRAMENTAS**, esta pregoeira não obstante procede à decisão.

5. DA DESIÇÃO

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, o(a) Pregoeiro(a), consubstanciado(a) pela documentação anexada aos autos, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-o **tempestivo**, e no mérito, analisou as questões pontualmente, para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-o **improcedente**, o recurso impetrado pela empresa **FABIO SILVA CUNHA** na qual mantém-se inabilitada por vez na fase de negociação, e julgando **procedente**, o recurso impetrado pela empresa **FERJAR FERRAMENTAS**.

Por fim, submetemos a presente decisão à análise e apreciação do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho, 05 de janeiro 2020.

CAMILA CAROLINE ROCHA PERES
Pregoeira Substituta KAPPA/SUPEL/RO
Mat 300145454



Documento assinado eletronicamente por **Camila Caroline Rocha Peres, Pregoeiro(a)**, em 07/01/2021, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0015551712** e o código CRC **2746B730**.